

CONCURSO PÚBLICO

**19. PROVA OBJETIVA**

MÉDICO FISCAL

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO **50** QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, LOCALIZADA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE **3** HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO DE QUESTÕES, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

**FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS**

QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E

06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E

11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E

16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

QUESTÃO	RESPOSTA				
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E

36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E

46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder à questão de número 01.

A mulher então experimentou o camelo. O camelo em trapos, corcunda, mastigando a si próprio, entregue ao processo de conhecer a comida. Ela se sentiu fraca e cansada, há dois dias mal comia. Os grandes cílios empoeirados do camelo sobre os olhos que se tinham dedicado à paciência de um artesanato interno. (...) Aproximou-se das barras do cercado, aspirou o pó daquele tapete velho onde sangue cinzento circulava, procurou a tepidez impura, o prazer percorreu suas costas até o mal-estar, mas não ainda o mal-estar que ela viera buscar.

(Clarice Lispector, *Laços de família*)

01. A expressão extraída do fragmento de Clarice Lispector que está sendo empregada em sentido figurado é

- (A) “cílios empoeirados”.
- (B) “mal-estar”.
- (C) “tapete velho”.
- (D) “tepidez impura”.
- (E) “barras do cercado”.

Leia a tirinha para responder às questões de números 02 e 03.



(<http://www.google.com.br/images?q=tiras+do+charlie+brown>)

02. A articulação dos modos e das formas nominais dos verbos, nos quadrinhos, permite apreender, por exemplo, características relevantes quanto

- (A) à ideia de início do processo verbal, pelo emprego do participípio.
- (B) ao aspecto inacabado do processo verbal, pelo uso do infinitivo.
- (C) ao encerramento do processo verbal, pela utilização do imperativo.
- (D) ao aspecto momentâneo do processo verbal, pelo uso do participípio.
- (E) ao aspecto durativo do processo verbal, pelo emprego do gerúndio.

03. No segundo quadrinho, observa-se o emprego correto do pronome, quanto à sua colocação na frase. Assinale a alternativa que nomeia essa espécie de colocação e por que ela é obrigatória, nesse contexto.

- (A) Próclise, pelo uso de palavra negativa.
- (B) Mesóclise, pela utilização do imperativo.
- (C) Próclise, pela utilização do gerúndio.
- (D) Ênclise, pelo uso de expressão negativa.
- (E) Mesóclise, pela presença de perífrase.

Leia o texto para responder às questões de números 04 a 06.

Em cartaz com *Olhe para Trás com Raiva*, peça que carrega todo o desencanto do pós-guerra na década de 1950, Karen [Coelho] paira como uma estranha no ninho da cena teatral contemporânea. (...) Devota dos densos dramas do teatro realista do século 20, [a atriz Karen Coelho] discorre com desenvoltura sobre a psicologia das personagens, tece elucubrações sobre as intenções do texto e passa ao largo das discussões sobre o teatro pós-dramático ou os novos paradigmas da dramaturgia. (...) Neste ano, quando Karen estreou *Olhe para Trás com Raiva*, lá estava Nydia Licia de novo. Na única vez em que o texto foi montado no Brasil, coube justamente à atriz do TBC encarnar a submissa Alisson, protagonista do drama de John Osborne. “Desde então, tenho muito vontade de encontrá-la. Mas não sabia onde ela estava...”

(*O Estado de S.Paulo*, 6 de agosto de 2010, p. D6)

04. Os termos cujo sentido mais se aproxima da significação das palavras “elucubrações” e “paradigmas”, que aparecem no fragmento, são, respectivamente,

- (A) delírios e espetáculos.
- (B) reflexões e espetáculos.
- (C) espetáculos e delírios.
- (D) pesadelos e modelos.
- (E) reflexões e modelos.

05. A palavra “coube” é uma forma irregular do verbo “caber”. Assinale a alternativa em que um dos verbos da série, extraída do fragmento, apresenta o mesmo tipo de irregularidade, quando flexionado no mesmo tempo e modo.

- (A) Carregar – tecer – montar – encontrar.
- (B) Passar – encarnar – tecer – discorrer.
- (C) Montar – saber – discorrer – carregar.
- (D) Encontrar – pairar – encarnar – tecer.
- (E) Tecer – carregar – montar – discorrer.

06. Levando em consideração o contexto, é possível afirmar que a atriz Karen Coelho
- domina amplamente as discussões sobre o teatro pós-dramático ou os novos paradigmas da dramaturgia.
  - não se envolve nas discussões sobre o teatro pós-dramático ou os novos paradigmas da dramaturgia.
  - faz largo uso das discussões sobre o teatro pós-dramático ou os novos paradigmas da dramaturgia.
  - abomina demais as discussões sobre o teatro pós-dramático ou os novos paradigmas da dramaturgia.
  - se identifica com as discussões sobre o teatro pós-dramático ou os novos paradigmas da dramaturgia.

Leia os textos seguintes para responder às questões de números 07 e 08.

- (a) Uma pesquisa com 600 crianças e adolescentes mostra que a publicidade tem função pedagógica – e prova que a garotada vê comerciais com um inteligente ceticismo.

(Veja, 18 de agosto de 2010, p. 117)

- (b) Morador de Bruxelas, morto em junho, teria contraído bactéria resistente a antibióticos no país asiático após o acidente e a hospitalização.

(Folha de S.Paulo, 16 de agosto de 2010, on line)

07. Assinale as seguintes afirmações sobre os textos.

- No trecho “a garotada vê comerciais com um inteligente ceticismo”, do texto (a), existe uma ambiguidade, porque tanto se pode pensar em “com um inteligente ceticismo” como atributo dos comerciais, quanto como uma maneira de se ver os comerciais.
- No texto (b) há também uma ambiguidade, porque não se sabe com certeza se o morador de Bruxelas contraiu a bactéria “no país asiático” ou se a bactéria é resistente a antibióticos “no país asiático”.
- Se o trecho “com um inteligente ceticismo”, do texto (a), for deslocado para antes da palavra “comerciais”, desaparece a ambiguidade.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
  - I e II, apenas.
  - III, apenas.
  - II e III, apenas.
  - I, apenas.
08. Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas desta versão do texto (b).
- Morador de Bruxelas, morto em junho, teria contraído \_\_\_\_\_ bactéria resistente \_\_\_\_\_ vacina aplicada, no país asiático, após o acidente e \_\_\_\_\_ hospitalização.

- a ... à ... à
- à ... a ... à
- à ... a ... a
- a ... à ... a
- à ... à ... a

Leia a tirinha e o texto para responder às questões de números 09 e 10.



(<http://osimplicaveis.wordpress.com/2009/06/page/2>)

Atiçador de incêndios, voz dos moinhos, remo de veleiros algumas vezes quebrado pelas calmarias, caminho sem princípio nem margem de todos os bichos voantes – morcegos, mariposas, aves de pequena ou grande envergadura. (...) Zagal de mastodontes, de dinossauros, de renas gigantescas, guiados em bandos sobre pastagens azuis e cujos ossos, cujo couro e chifres se convertem em chuva, em arco-íris. (...) Nosso pai gostava de animais. Ensinou um galo-de-campina a montar no dorso de uma cabra chamada Gedáblia, esporeando-a com silvos breves.

(Osman Lins, *Nove, novena*)

09. Na tirinha, explora-se uma fictícia concordância nominal de gênero (febre amarele, febre amarela), para um termo, como “febre”, que não tem a forma masculina. Considerando essa informação, assinale a alternativa que contém duas palavras cuja forma seja única para os dois gêneros.

- Animais – atiçador – voz – guiados.
- Renas – cabra – azuis – moinhos.
- Veleiros – dorso – quebrado – voz.
- Chuva – azuis – breves – atiçador.
- Moinhos – voantes – renas – cabra.

10. Tendo em vista a flexão nominal de número, assinale a alternativa em que a palavra destacada do texto tem a mesma forma, no singular e no plural.

- Galo-de-campina.
- Zagal.
- Arco-íris.
- Envergadura.
- Dorso.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 11.** Com relação à Resolução de Diretoria Colegiada – RDC n.º 307, de 14.11.02, que altera a RDC n.º 50, é correto afirmar que
- (A) o projeto arquitetônico final de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde deverá ser assinado apenas pelo engenheiro responsável pela obra.
  - (B) o projeto arquitetônico de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde deverá ser encaminhado aos órgãos de fiscalização e controle – Prefeitura Municipal e Corpo de Bombeiros para aprovação.
  - (C) o projeto arquitetônico de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde deverá ser encaminhado para aprovação nas entidades de proteção sanitária e no CREA.
  - (D) a aprovação do projeto arquitetônico de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde pelos órgãos competentes eximirá seus autores das responsabilidades estabelecidas pelas normas e legislação pertinentes.
  - (E) a execução de qualquer obra nova, reforma ou ampliação de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde deverá ser aprovada pela Vigilância Sanitária (estadual ou municipal), de acordo com a Legislação Sanitária Federal e a Lei n.º 8.080/90.
- 12.** Na parte III da Resolução RDC n.º 50/02, referente aos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – Normas Arquitetônicas, estão incluídas as recomendações a seguir:
- (A) ABNT, NBR 8.160: construção e instalação de fossas sépticas.
  - (B) NBR 7.229: gerência de rejeitos radioativos em instalações radioativas.
  - (C) CNEN – NE – 3.05: requisitos de radiação e segurança para serviços de medicina nuclear.
  - (D) CNEN – NE – 6.05: instalações prediais de esgoto sanitário.
  - (E) CNEN – NE – 6.09: resíduos produzidos em lavanderia.
- 13.** O Conselho Nacional da Saúde – CNS, pela Resolução n.º 196/96, no que se refere a pesquisa, estabelece:
- (A) as normas para realização da pesquisa visam proteger o pesquisador, as instituições envolvidas e os órgãos financiadores.
  - (B) o protocolo de pesquisa deverá conter documentos contemplando apenas o desenvolvimento da pesquisa e seus aspectos fundamentais e todas as informações sobre o sujeito da pesquisa.
  - (C) o pesquisador responsável responderá pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem-estar dos sujeitos da pesquisa.
  - (D) o patrocinador da pesquisa se responsabilizará pelo ressarcimento de qualquer dano físico que ocorrer com o sujeito da pesquisa.
  - (E) a participação do sujeito da pesquisa é de caráter voluntário, porém, após assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, onde consta todas as implicações decorrente da pesquisa, não poderá interromper o protocolo.
- 14.** Com relação ao sigilo profissional, é vedado ao médico
- (A) permitir que interesses pecuniários, políticos ou religiosos, de qualquer natureza, interfiram na escolha dos melhores meios de prevenção, diagnóstico e tratamentos disponíveis e cientificamente reconhecidos.
  - (B) atestar óbito de cliente ao qual prestou assistência.
  - (C) não permitir manuseio e conhecimento de Prontuários por pessoas não obrigadas ao sigilo profissional quando sob sua responsabilidade.
  - (D) elaborar Prontuário legível e disponibilizar as informações quando solicitadas pelo cliente ou seu representante legal.
  - (E) fornecer cópia do Prontuário do seu cliente quando de sua requisição pelos Conselhos Regionais de Medicina.
- 15.** De acordo com o Código de Ética Médica em vigor, é vedado ao médico
- (A) ajustar previamente com o cliente o custo estimado dos procedimentos.
  - (B) não subordinar os honorários ao resultado do tratamento ou à cura do cliente.
  - (C) intervir sobre o genoma humano com vista à sua modificação, exceto na terapia gênica, excluindo-se qualquer ação em células germinativas que resulte na modificação genética da descendência.
  - (D) responsabilizar-se, em caráter pessoal e nunca presumido, pelos seus atos profissionais, resultantes de relação particular de confiança e executados com diligência, competência e prudência.
  - (E) requerer desagravo público ao Conselho Regional de Medicina quando atingido.
- 16.** A Resolução CFM n.º 1.451/95 define como urgência:
- (A) constatação médica de condição de agravo à saúde implicando risco iminente de vida ou sofrimento intenso.
  - (B) quando o cliente apresentar sofrimento cardíaco.
  - (C) o atendimento fora do horário comercial.
  - (D) a ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessite de assistência médica imediata.
  - (E) situação em que a pessoa for acometida de mal súbito.

17. Segundo o Código de Ética Médica, no concernente à relação entre médicos, é vedado ao médico
- (A) assumir condutas contrárias a movimentos legítimos da categoria médica com a finalidade de obter vantagens.
  - (B) assumir a responsabilidade de qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que solicitado ou consentido pelo paciente ou por seu representante legal.
  - (C) comunicar às autoridades competentes quaisquer formas de deterioração do ecossistema, prejudiciais à saúde e à vida.
  - (D) não assumir emprego, cargo ou função para suceder médico demitido ou afastado em represália à atitude de defesa de movimentos legítimos da categoria ou da aplicação deste Código.
  - (E) comunicar diretamente aos órgãos competentes atos que contrariem os postulados éticos.
18. O Código de Ética Médica é constituído de
- (A) 25 princípios fundamentais e 128 normas deontológicas.
  - (B) 30 princípios fundamentais, 118 normas deontológicas e 6 disposições gerais.
  - (C) 28 princípios fundamentais, 126 normas deontológicas e 8 disposições gerais.
  - (D) 35 princípios fundamentais, 124 normas deontológicas.
  - (E) 25 princípios fundamentais, 118 normas deontológicas e 4 disposições gerais.
19. O Código de Ética Médica foi aprovado pela Resolução:
- (A) CFM n.º 1.932/2009.
  - (B) CFM n.º 1.931/2009.
  - (C) CFM n.º 1.938/2010.
  - (D) CFM n.º 1.930/2010.
  - (E) CFM n.º 1.931/2010.
20. De acordo com o estabelecido pela Resolução n.º 50/02, alterada pela RDC n.º 307/02, assinale a alternativa correta sobre as circulações nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – EAS.
- (A) Os corredores devem ter circulação com largura mínima de 2,50 m.
  - (B) Para a circulação vertical em EAS com internação deve haver elevadores a partir de 2 pavimentos.
  - (C) As escadas devem ter largura mínima de 1,20 m e corrimões com altura de 1,00 a 1,20 m.
  - (D) Quanto à capacidade de transporte de clientes, os elevadores devem transportar em até 5 minutos 8% da população quando houver monta-cargas e 12% sem monta-cargas.
  - (E) As rampas podem vencer até quatro pavimentos.
21. As etapas a serem desenvolvidas para a elaboração de projeto básico dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – EAS, de acordo com a RDC n.º 50/02, são
- (A) estudo preliminar, projeto básico e projeto executivo.
  - (B) projeto básico, projeto executivo e projeto arquitetônico.
  - (C) estudo das necessidades e projeto arquitetônico.
  - (D) estudo dos acréscimos de áreas, incluindo projeto arquitetônico.
  - (E) análise do projeto arquitetônico e aprovação pelo engenheiro responsável.
22. A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou o Regulamento para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – EAS, pela RDC n.º 50, com vigência a partir de
- (A) 21 de fevereiro de 2002.
  - (B) 13 de junho de 2002.
  - (C) 18 de abril de 2002.
  - (D) 24 de maio de 2002.
  - (E) 11 de julho de 2002.
23. O exercício ilegal da medicina, de acordo com o art. 282 do Código Penal, consiste em exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites, implicando pena de
- (A) detenção de 6 meses a 2 anos e multa.
  - (B) detenção de 1 a 2 anos e multa.
  - (C) reclusão de 1 a 3 anos.
  - (D) multa de 10 a 20 salários mínimos.
  - (E) reclusão de 2 a 4 anos.
24. De acordo com o art. 284 do Código Penal brasileiro, exercer o curandeirismo:
- I. prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;
  - II. usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;
  - III. fazendo diagnóstico
- implicará pena de
- (A) reclusão de 6 meses a 1 ano.
  - (B) detenção de 1 a 2 anos e multa.
  - (C) reclusão de 1 a 3 anos.
  - (D) multa de 10 a 20 salários mínimos.
  - (E) reclusão de 2 a 4 anos.

25. Para o Código Penal, no art. 283, o charlatanismo significa inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível. Tal infração implicará penalidade de
- (A) reclusão de 1 a 3 anos.
  - (B) detenção de 2 a 4 anos e multa.
  - (C) reclusão de 1 a 2 anos.
  - (D) multa de 10 a 50 salários mínimos.
  - (E) detenção de 3 meses a 1 ano e multa.
26. Segundo o art. 269, do Código Penal, deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória implicará
- (A) detenção de 6 meses a 2 anos e multa.
  - (B) reclusão de 1 a 3 anos.
  - (C) multa de até 20 salários mínimos.
  - (D) reclusão de 2 a 5 anos.
  - (E) detenção de 6 meses a 2 anos e multa.
27. Com relação às medidas sanitárias preventivas, o art. 268 do Código Penal Brasileiro afirma que “infringir determinação do poder público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa” acarreta penalidade de
- (A) multa de até 50 salários mínimos.
  - (B) detenção de 2 a 5 anos.
  - (C) detenção de 3 a 6 anos.
  - (D) reclusão de 1 a 3 anos.
  - (E) detenção de um mês a um ano e multa.
28. O Código Penal Brasileiro, na parte especial, título VIII, cap. III – Dos crimes contra a Saúde Pública, define no art. 267: causar epidemia mediante a propagação de germes patogênicos implicará pena de
- (A) detenção de 10 a 15 anos.
  - (B) detenção de 15 a 20 anos.
  - (C) detenção de 10 a 15 anos, mais aplicação de multa.
  - (D) reclusão de 10 a 15 anos.
  - (E) reclusão de 5 a 10 anos.
29. A Portaria do Ministério da Saúde n.º 2.616/98 regulamenta as ações de controle de infecção hospitalar no Brasil. Considerando isso, assinale a alternativa correta.
- (A) As ações de controle das infecções hospitalares no Brasil estão regulamentadas pelas Portarias: MS n.º 2.616/98, MS n.º 930/92, MS n.º 851/91, MS n.º 821/91 e MS n.º 803/91.
  - (B) O Programa de Controle de Infecções Hospitalares é controlado pela ANVISA.
  - (C) A inobservância da Portaria MS n.º 930/92 sujeitará o infrator a processo e às penalidades previstas na Lei n.º 6.437/77.
  - (D) A Comissão de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH deverá ser composta por médicos e enfermeiros.
  - (E) Os hospitais com número de leitos igual ou inferior a 50 terão Comissão de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH composta por médicos.
30. De acordo com as normas do Manual de Fiscalização, pode-se afirmar que
- (A) constituem documentos de vistoria o Ofício de solicitação de dados, o Termo de fiscalização e o Relatório de fiscalização.
  - (B) as instituições filantrópicas e beneficentes estão isentas de fiscalização médica.
  - (C) além dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, o serviço de fiscalização ainda atua em: Instituto Médico Legal, Clínica de Embelezamento, Formolização e Cosmetologia, Clínica de Estética e similares e Clínica de Idosos e similares.
  - (D) a vistoria deve ser realizada apenas por um profissional habilitado.
  - (E) o Termo de Fiscalização deve ser encaminhado juntamente com a cópia do Relatório de Fiscalização diretamente ao Conselho Regional de Medicina.
31. Sobre a Resolução n.º 196/96, pode-se afirmar que
- (A) incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça.
  - (B) tem caráter permanente e não poderá ser alterada.
  - (C) incorpora a regulamentação das normas do Sistema Único de Saúde – SUS.
  - (D) foi criada pelo Ministério da Saúde e regulamenta a realização de pesquisas no Brasil.
  - (E) pode ter efeito retroativo.

32. De acordo com a Resolução n.º 1.613/01, que determina a criação pelos CRMs de Departamentos de Fiscalização da profissão de médico e de serviços médicos assistenciais, é correto afirmar que
- (A) o impedimento da realização da vistoria por parte do médico responsável pelo estabelecimento ou médico presente durante a vistoria caracterizará infração ética.
  - (B) o Departamento de Fiscalização integrado por médicos fiscais atuará exclusivamente junto ao exercício da profissão de médico e às instituições públicas.
  - (C) para assumir o cargo de médico fiscal, o médico deverá estar registrado no CRM, o que não depende do tipo de vínculo profissional.
  - (D) o Departamento de Fiscalização será constituído por médicos da instituição, escolhidos pelo Diretor Clínico.
  - (E) o médico fiscal será contratado mediante seleção pública ou designado pelo CRM.
33. Considerando a Resolução do CFM n.º 1.638/02, assinale a alternativa correta.
- (A) A responsabilidade pelo Prontuário Médico cabe somente ao médico assistente e aos demais profissionais que compartilham do atendimento.
  - (B) A Comissão de Revisão de Prontuários Médicos poderá ser coordenada por qualquer membro, independentemente de ser médico.
  - (C) A Comissão de Revisão de Prontuário Médico deverá atuar de forma independente da Comissão de Ética Médica do Estabelecimento.
  - (D) A Comissão de Revisão do Prontuário Médico deverá observar os itens que deverão constar obrigatoriamente do Prontuário confeccionado em qualquer suporte eletrônico ou papel.
  - (E) A Comissão de Prontuário Médico tem caráter executivo.
34. De acordo com a Resolução CREMESP n.º 70/95, a Comissão de Revisão de Prontuário Médico é obrigatória para
- (A) Hospitais Públicos, apenas.
  - (B) Hospitais Públicos e Privados, apenas.
  - (C) Hospitais Privados, apenas.
  - (D) Todas as Unidades de Saúde onde se presta assistência médica.
  - (E) Hospitais e Clínicas Especializadas, apenas.
35. Considere a Resolução CFM n.º 1.821/07, que dispõe sobre as normas técnicas de digitalização e uso dos sistemas informatizados para guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, e assinale a alternativa correta.
- (A) Ficou estabelecido prazo mínimo de 15 anos a partir do último registro, para a preservação dos prontuários em suporte de papel.
  - (B) A expedição do selo de qualidade dos sistemas informatizados, em conformidade com o Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico de Saúde, é de competência do Ministério da Saúde.
  - (C) Continuam em vigor as Resoluções do CFM n.º 1.331/89 e n.º 1.639/02.
  - (D) Os arquivos digitalizados oriundos da digitalização dos documentos dos prontuários dos pacientes deverão ser controlados, a critério da administração do estabelecimento.
  - (E) Os métodos de digitalização devem reproduzir todas as informações dos documentos originais.
36. De acordo com a Resolução do CFM n.º 1.605/00,
- (A) o médico pode, para manutenção de sua autonomia, sem o consentimento do cliente, revelar o conteúdo do prontuário ou ficha médica quando solicitado por autoridade ou instituição interessada.
  - (B) se houver autorização expressa do cliente, tanto na solicitação como em documento diverso, o médico poderá encaminhar a ficha médica ou prontuário médico diretamente à autoridade requisitante.
  - (C) na investigação da hipótese de prática de crime, o médico poderá revelar o conteúdo do prontuário ou ficha médica.
  - (D) o médico não poderá apresentar, sem o consentimento do cliente, o conteúdo do prontuário ou ficha médica, mesmo quando solicitado por autoridade policial.
  - (E) o médico poderá disponibilizar informações apenas quando solicitado pelo SUS ou plano de saúde.
37. De acordo com a Resolução do CFM n.º 1.124/83, assinale a alternativa correta sobre o o Regimento Interno dos Estabelecimentos de Saúde – RIES.
- (A) O RIES deverá estruturar os serviços médicos e de enfermagem.
  - (B) O RIES deverá ser aprovado pelo Diretor da instituição.
  - (C) O RIES deverá conter os valores dos honorários médicos e respectivas tabelas.
  - (D) O RIES, nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, deverá estruturar o Corpo Clínico, especificando as atribuições do Diretor Clínico, dos Chefes de Clínicas e da Comissão de Ética e a forma de admissão e exclusão de seus membros.
  - (E) O RIES não necessitará ser aprovado pelo Conselho Regional de Medicina da respectiva jurisdição.



38. De acordo com a Resolução do CFM n.º 1.451/95, é correto afirmar que
- (A) urgência é toda ocorrência imprevista de agravo à saúde com risco iminente de morte.
  - (B) emergência é caracterizada em pacientes politraumatizados, com parada cardiorrespiratória ou qualquer outra situação com aparente gravidade.
  - (C) a equipe médica do Pronto Socorro deverá, em regime de plantão no local, ser constituída, no mínimo, por profissionais de anesthesiologia, clínica médica, pediatria, cirurgia geral e ortopedia.
  - (D) a sala de emergência deverá, obrigatoriamente, estar equipada apenas com material para reanimação e manutenção respiratória.
  - (E) a sala de emergência deverá, obrigatoriamente, estar equipada apenas com material para oxigenação e aspiração e para procedimentos de urgências.
39. Assinale a alternativa correta sobre a Instituição médico-hospitalar e o atendimento ao cliente em caso de urgência.
- (A) A Instituição médico-hospitalar poderá deixar de atender ao cliente em caso de urgência justificando ausência de especialidade para resolver o caso.
  - (B) A Instituição médico-hospitalar poderá deixar de atender ao cliente em caso de urgência justificando não possuir convênio com o SUS ou plano de saúde do cliente.
  - (C) A Instituição médico-hospitalar poderá deixar de atender ao cliente em caso de urgência justificando que o cliente não disponha de cheque, cartão de crédito ou numerário para efetuar depósito prévio.
  - (D) A Instituição médico-hospitalar, em nenhuma hipótese, poderá deixar de atender ao cliente.
  - (E) A Instituição médico-hospitalar poderá deixar de atender ao cliente em caso de urgência justificando não ter disponibilidade de leito.
40. Pode o médico fornecer atestado com diagnóstico, mesmo em código, para planos de saúde e companhias de seguro na situação seguinte:
- (A) para facilitar o recebimento de um sinistro.
  - (B) para abonar falta ao trabalho.
  - (C) quando o cliente ou seu representante legal concordar e assinar.
  - (D) quando o cliente solicitar, verbalmente, por exigência da empresa que trabalha.
  - (E) para reembolso de procedimento junto ao plano de saúde.
41. Assinale a alternativa correta.
- (A) O médico poderá denunciar o cliente quando ele houver cometido crime.
  - (B) O médico poderá denunciar o cliente que se recusar a pagar os honorários devidos.
  - (C) O médico poderá fazer denúncia do cliente quando este abandonar o tratamento.
  - (D) O médico não poderá denunciar o cliente em nenhuma circunstância.
  - (E) O médico poderá denunciar o cliente se este é procurado pela justiça.
42. Considerando que um médico plantonista pretende se ausentar do plantão após o cumprimento da sua jornada de trabalho sem a chegada do substituto, assinale a alternativa correta.
- (A) O médico poderá se ausentar do plantão se precisar atender problema de família.
  - (B) O médico não pode deixar o plantão em nenhuma circunstância sem a devida substituição.
  - (C) O médico poderá se ausentar do plantão para assumir plantão em outro estabelecimento de saúde.
  - (D) O médico poderá se ausentar do plantão para acompanhar cliente sob seus cuidados para outra instituição.
  - (E) O médico poderá se ausentar do plantão para atender no seu consultório.
43. O aborto, sem violação da lei, é ato permitido ao profissional médico nos casos de
- (A) preservação da vida da gestante ou em consequência de gravidez após estupro, quando autorizado pela gestante.
  - (B) anencefalia do feto.
  - (C) más condições socioeconômicas da gestante.
  - (D) ficar comprovado falha do contraceptivo.
  - (E) gestante com idade superior a 45 anos.
44. O médico não comete crime de omissão de socorro em emergência quando
- (A) descarta o atendimento sob a justificativa de o caso não ser de sua especialidade.
  - (B) descarta o atendimento sob a justificativa de não ser conveniado pelo plano de saúde do cliente.
  - (C) não examina o cliente.
  - (D) atende o cliente e, após examiná-lo, executa o procedimento ou o encaminha para a especialidade adequada.
  - (E) não atende o cliente por estar em instituição privada e o cliente não ter condições financeiras para pagar o procedimento.
45. O médico que sem competência técnica, ao executar procedimento de rotina, causou danos ao cliente cometeu
- (A) apenas imprudência.
  - (B) apenas imperícia.
  - (C) apenas negligência.
  - (D) apenas imprudência e negligência.
  - (E) imperícia, imprudência e negligência.

46. O Sistema Nacional de Auditoria – SNA foi instituído no âmbito do Ministério da Saúde pelo(a)
- (A) Lei n.º 8.080/90.
  - (B) Lei n.º 8.689/93.
  - (C) Lei n.º 9.194/01.
  - (D) Portaria n.º 1.688/01.
  - (E) Decreto n.º 19.968/03.
47. A Resolução do CFM n.º 1.638/02 tornou obrigatória a
- (A) Comissão de Padronização de Medicamentos.
  - (B) Comissão de Revisão de Prontuários Médicos.
  - (C) Comissão de Óbitos.
  - (D) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar.
  - (E) Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.
48. São características do Conselho Nacional de Saúde:
- (A) caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviços profissionais de saúde e usuários.
  - (B) caráter temporário convocado e composto por Portaria do Ministério da Saúde.
  - (C) caráter temporário e utilizado para assuntos específicos, constituído e convocado pelo Ministério da Saúde.
  - (D) caráter permanente e órgão consultivo e designado pelo Ministério da Saúde.
  - (E) caráter permanente composto dos empregadores, empregados e representantes da União e de funções consultivas.
49. Os Planos de Saúde foram regulamentados pela
- (A) Portaria n.º 2.203/96.
  - (B) Lei n.º 9.961 de 28 de janeiro de 2000.
  - (C) Lei n.º 8.090 de 9 de setembro de 1990.
  - (D) Resolução CFM n.º 1.614/2001.
  - (E) Lei n.º 9.656 de 03.06.98.
50. Quais os principais tipos de Auditoria?
- (A) Analítica e Operativa.
  - (B) Regular e extraordinária.
  - (C) Interna e externa.
  - (D) Controle e Avaliação do Prontuário do Cliente.
  - (E) Consultoria e Perícia.



